

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.931 - PE (2019/0026961-5)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **ONILDO MACIEL LOUREIRO**
ADVOGADOS : **LARISSA RODRIGUES BRONZEADO DE MOURA - PB023907**
MARIA DO CARMO ALVES DE MORAIS NETA E OUTRO(S) -
PB023738
RECORRIDO : **UNIÃO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. ABONO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS PREENCHIMENTOS DOS REQUISITOS PARA A APOSENTADORIA ESPECIAL. NECESSIDADE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NA VIA DO *MANDAMUS*. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por ONILDO MACIEL LOUREIRO em face de acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ABONO DE PERMANÊNCIA. NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. DEFICIÊNCIA. VISÃO MONOCULAR. DEFICIÊNCIA CONSIDERADA LEVE. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DE IMPEDIMENTO PARA A EXECUÇÃO DO TRABALHO NO CASO CONCRETO. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. Mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por ONILDO MACIEL LOUREIRO contra ato do Conselho de Administração do TRF da 5ª Região, que indeferiu seu pedido de abono de permanência especial, pleiteado sob o argumento de que o autor é portador de deficiência visual, por ter visão monocular, preenchendo, nesse sentido, os requisitos para aposentadoria especial.

2. O ato imputado como coator, qual seja, o acórdão prolatado pelo Conselho de Administração desta eg. Corte, concluiu pela impossibilidade de concessão do abono de permanência em face do não preenchimento dos requisitos para a aposentadoria especial pelo ora impetrante.

3. Alega o postulante que na perícia realizada pela junta médica oficial restou claramente constatada sua necessidade de auxílio constante, precisando, em 31% das atividades, de uma ou mais pessoas para lhe auxiliar, necessitando ainda de adaptação para o trabalho, materiais específicos e ampliação de fonte para leitura.

4. O pleito de abono de permanência não se encontra prejudicado em face da existência dos requisitos para a aposentadoria especial. A possibilidade de percepção do benefício quando preenchidos os requisitos para aposentadoria especial foi reconhecida pelo STF em sede de repercussão geral.

5. Para a verificação da efetiva existência de direito líquido e certo do impetrante, eventualmente atingido pelo ato do Conselho de Administração desta Corte que indeferiu o seu pedido de abono de permanência, deve ser avaliado o preenchimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria especial.

6. Não tendo o Poder Legislativo promovido a edição de lei complementar destinada a regulamentar requisitos e critérios diferenciados para a percepção de aposentadoria especial, o Supremo Tribunal Federal firmou posicionamento no sentido de reconhecer a aplicação do disposto no art. 57, § 1º da Lei 8.213/91.

7. A Lei Complementar nº 142/2013, que regulamenta a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, dispõe que para o reconhecimento do direito ao benefício, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

8. Não há como se concluir, pelo menos em sede de mandado de segurança, que a deficiência de que o impetrante é portador o enquadra na hipótese de concessão da aposentadoria especial, não se vislumbrando qualquer ilegalidade na conclusão a que chegou o Conselho de Administração deste TRF.

9. A visão monocular, por si só, não enseja o direito à aposentadoria especial (e, por consequência, ao abono de permanência em serviço). É necessária, portanto, a análise da situação particular de cada servidor, notadamente das atividades por ele desenvolvidas.

10. Entendeu o órgão colegiado administrativo que as pessoas com visão monocular não necessitam de auxílios técnicos específicos ou recursos diferenciados. Ademais, o laudo de avaliação médica e funcional do servidor apontou para um grau leve de deficiência.

11. Mandado de Segurança denegado.

Nas razões do recurso ordinário, aduz a parte ora Recorrente que "requereu por via administrativa, processo nº 0007905- 36.2017.4.05.7000 a concessão de abono permanência especial, com base na decisão do Supremo Tribunal Federal em mandado de Injunção nº 4153-MS e no art. 57 Lei 8213/91, pois tem visão monocular, portador da deficiência visual, e já possui tempo suficiente para requisitar o benefício, mais de 34 anos de serviço. O procedimento impetrado pelo Sr. Onildo Maciel Loureiro, constou devidamente instruído medicamente por uma diversidade de exames, laudos técnicos, pareceres médicos, bem como juridicamente com decisões e jurisprudências em seu favor". Alega, ainda, que "possui visão monocular com pareceres médicos, inclusive com laudos do próprio TRF 5 favorável a concessão do abono de permanência ao servidor. Destacamos, que toda documentação acostada foi desconsiderada, indo contra até mesmo a decisão do relator do processo impetrante, ou seja, nº 0007905-36.2017.4.05.7000, em que o Sr. Desembargador Francisco Roberto Machado deferiu o pedido do servidor impetrante para conceder o abono permanência ao mesmo, reconhecendo sua

necessidade".

Pede, assim, o provimento do recurso e a concessão da segurança pleiteada perante o Tribunal Regional Federal *a quo*.

As contrarrazões foram juntadas às e-STJ fls. 189/193.

A decisão de admissibilidade do recurso ordinário foi juntada à e-STJ fl. 196.

O Ministério Público Federal considerou não haver interesse indisponível no caso em concreto razão pela qual não apresentou manifestação de mérito (e-STJ fls. 203/205).

É o relatório. Decido.

Incide o Enunciado administrativo n. 3/STJ: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A alegação não prospera.

O Tribunal Regional Federal *a quo* considerou inexistir direito ao abono de permanência tendo em vista a ausência dos requisitos para a concessão da aposentadoria especial no caso em concreto. Senão vejamos:

Com base nisso, não há como se concluir, pelo menos em sede de mandado de segurança, que a deficiência de que o impetrante é portador o enquadra na hipótese de concessão da aposentadoria especial, não se vislumbrando qualquer ilegalidade na conclusão a que chegou o Conselho de Administração deste TRF.

Entendo que a visão monocular, por si só, não enseja o direito à aposentadoria especial (e, por consequência, ao abono de permanência em serviço). É necessária, portanto, a análise da situação particular de cada servidor, notadamente das atividades por ele desenvolvidas.

O acórdão ainda consignou:

E, das informações prestadas pelo eminente Presidente desta Corte, destaco a natureza do trabalho desenvolvido pelo impetrante:

"O propósito da contagem especial do tempo de serviço, ou da aposentadoria especial, é o de antecipar o descanso para o trabalhador que labora em condições de sacrifício, o que não é o caso. O organismo do portador de visão monocular adapta-se a tal condição, tornando plenamente viável o desempenho das atividades laborais (desde que não se compreenda, evidentemente, naquelas atividades incompatíveis com a condição referida).

No caso dos autos, a atividade desempenhada pelo servidor é de ordem burocrática. Lida com requerimentos e labora em ambiente de escritório, circunstâncias estas plenamente compatíveis com a sua patologia".

Em resumo, entendeu o órgão colegiado administrativo que as pessoas com visão monocular não necessitam de auxílios técnicos específicos ou recursos diferenciados.

Ademais, o laudo de avaliação médica e funcional do servidor apontou para um grau leve de deficiência.

Não vislumbro, portanto, direito líquido e certo, a ser amparado em sede de mandado de segurança.

Conforme se viu, o acórdão recorrido considerou não estar presente direito líquido e certo a autorizar a concessão da segurança, pois não estão presentes os

requisitos para o deferimento da aposentadoria especial.

É, portanto, necessária ampla instrução probatória a fim de analisar se a deficiência apresentada pela parte Recorrente (visão monocular) é, de fato, incapacitante para o exercício das atividades laborais. Essa tarefa probatória é inviável na via do *mandamus*, que imprescinde da demonstração de plano da existência de direito líquido e certo. No mesmo sentido:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. EXCLUSÃO DE VERBA REMUNERATÓRIA DOS CÁLCULOS DA APOSENTADORIA. ABONO DE ENGENHEIRO. INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NÃO COMPROVAÇÃO DO DIREITO LOCAL. [...]

3. O Mandado de Segurança é a ação constitucional destinada "a proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça" (art. 1º da Lei 12.016/2009).

4. A utilização da via mandamental pressupõe a existência de ato coator praticado por autoridade administrativa violador de direito subjetivo do impetrante, por ilegalidade ou abuso de poder, bem como a apresentação de prova pré-constituída.

5. O que justifica o *mandamus* é a existência de ato omissivo ou comissivo da autoridade coatora que afronte direito passível de ser comprovado de plano pelo impetrante.

6. Os recorrentes juntaram aos autos fichas financeiras que demonstram o recebimento da referida verba remuneratória como servidores ativos do Estado do Amazonas. Na simulação de aposentadoria constata-se que os recorrentes teriam implementado os requisitos para a concessão desse benefício nos anos de 2008 e 2012, recebendo abono de permanência. Não juntaram aos autos o ato de aposentadoria, nem nenhum documento que comprove a exclusão da verba remuneratória (Abono de Engenheiro) da renda mensal dos proventos de aposentadoria.

7. Da forma como a lide está apresentada inexistente a comprovação do ato coator emanado da Administração Pública que tenha excluído dos cálculos da renda mensal dos proventos de aposentadoria dos impetrantes, a verba remuneratória denominada de "Abono de Engenheiro".

8. Com efeito, o Mandado de Segurança possui como requisito inarredável a comprovação inequívoca de direito líquido e certo pela parte impetrante, por meio da chamada prova pré-constituída, inexistindo espaço, nessa via, para a dilação probatória. Para a demonstração do direito líquido e certo, é necessário que, no momento da sua impetração, seja facilmente aferível a extensão do direito alegado e que seja prontamente exercido. A propósito: RMS 54.123/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/9/2017, DJe 9/10/2017; RMS 53.918/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 27/6/2017, DJe 30/6/2017; AgRg no MS 17.713/DF, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, julgado em 24/5/2017, DJe 30/5/2017; MS 18.516/DF, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 10/8/2016, DJe 12/9/2016.

9. Ademais, como não foi apresentado o integral teor do Decreto Estadual 14.547/1992, nos termos do previsto no art. 376 do CPC/2015 ("A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar"), está

prejudicada a análise da constitucionalidade formal e material do ato normativo em relação a julgados do Supremo Tribunal Federal e à legislação federal.

10. Recurso Ordinário não provido.

(RMS 55.754/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 28/11/2018)

Assim, ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso ordinário em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

